

ÁREAS PÚBLICAS

103- Invasão

Secretaria de Fiscalização encontra irregularidades em cerca de 70% dos 1.200 estabelecimentos visitados por mês. Justiça impede derrubadas de puxadinhos construídos ilegalmente nas entrequadras

Festival de abusos

HELENA MADER

DA EQUIPE DO CORREIO

Invasão de área pública, construções ilegais, lojas sem alvará de funcionamento. Esse festival de irregularidades nas ruas do Distrito Federal dá trabalho aos fiscais responsáveis pela ordem urbanística da cidade. Os abusos estão por toda parte, mas as equipes que controlam as atividades urbanas fecham o cerco às agressões. Todos os meses, a Secretaria de Fiscalização de Atividades Urbanas (Sefau) vistoria uma média de 1.200 estabelecimentos e quase 70% dos locais visitados apresentam alguma irregularidade. Os infratores recebem prazo para regularizar a situação, mas cerca de 15% dos comerciantes não atendem às exigências impostas pelos fiscais e são multados. Algumas vezes, nem o auto de infração é suficiente para coibir os abusos. Mensalmente, a Sefau interdita uma média de 80 estabelecimentos e derruba outros cinco.

A principal irregularidade encontrada pelos fiscais é a falta de alvará. O documento é a exigência primordial para o funcionamento de estabelecimentos comerciais. Para obtê-lo, é preciso cumprir normas de segurança contra incêndio e estar em dia com as obrigações fiscais. Mas muitos comerciantes não seguem essas determinações mínimas. Entre as 800 notificações distribuídas pelos fiscais todos os meses, a maioria é pela ausência do documento. Nesses casos, se o proprietário não providencia o alvará dentro de um prazo de 30 dias tem o estabelecimento lacrado.

Paulo H. Carvalho/CB/18.11.05



INVASÃO DE ÁREA PÚBLICA NA ENTREQUADRA 202/203 SUL: OBRA IRREGULAR PROTEGIDA POR LIMINAR JUDICIAL

Na maioria dos casos, a liberação do documento é rápida. O pedido de expedição de alvará custa apenas R\$ 3,18 por metro quadrado. O empresário deve comprovar que está em dia com a receita e entregar cópia do CNPJ e do contrato social. Se houver invasão de área pública, o governo impede a liberação do alvará.

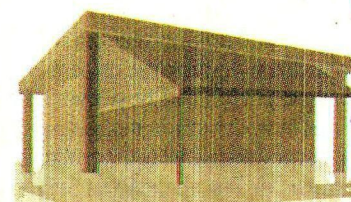
Para o chefe de gabinete da Administração de Brasília, Renato Castelo, o alto número de estabelecimentos sem alvará é "desleixo" dos empresários. Ele garante que o governo reduziu a

burocracia para a emissão do documento. "Hoje é possível fazer a consulta prévia pela internet e, em alguns casos, o alvará sai no mesmo dia. Mesmo assim, ainda existe muita irregularidade por aí", garante o chefe de gabinete. Desde o início do ano, a Administração de Brasília já concedeu 1.678 alvarás.

Caso grave

De acordo com Renato Castelo, a Academia de Tênis é "o caso mais grave de Brasília" quando o assunto é falta de documentação para

funcionar. Ele explica que o restaurante, os cinemas e as lojas do hotel não têm autorização legal para abrir as portas. "Além disso, o proprietário incorporou 33 mil metros quadrados de área pública ao seu estabelecimento", explica. Na semana passada, a Administração de Brasília pediu à Secretaria de Fiscalização que desocupe parte da área do resort. Ela se baseou na decisão do Conselho Especial do Tribunal de Justiça (TJDF) que cassou a Lei Complementar 99, de 1998. A legislação concedia 33 mil metros de área

CONTRA A LEI

Média mensal de ações da Secretaria de Fiscalização

817
notificações
115
embargos
202
autos de infração
1.236
vistorias
78
interdições

Principais infrações encontradas pelos fiscais

Falta de alvará
Construções irregulares
Invasão de área pública
Construção de puxadinhos

Editoria de Arte/CB

pública ao hotel. A direção da Academia foi procurada, mas não quis se manifestar sobre o caso.

Além da falta de alvará, a invasão de área pública também é recorrente nas vistorias da Secretaria de Fiscalização. Muitos proprietários conseguem a autorização para funcionar e, depois disso, constroem os conhecidos puxadinhos. Se o empresário passar o ponto adiante, a Administração de Brasília não fornece alvará ao ocupante seguinte. Mas, se não houver mudança de proprietário, é difícil coibir as irregularidades.

De acordo com a Secretaria de Fiscalização, a maioria dos puxadinhos construídos recentemente está amparada em decisões judiciais. Mas o órgão faz a demolição imediata de qualquer construção irregular nova. Na semana passada, os fiscais derrubaram uma invasão de área pública em uma farmácia na 102 Sul. A construção foi ao chão antes mesmo de ser concluída. No Plano Piloto, existem apenas 23 fiscais atuando no controle das atividades urbanas. Em todo o Distrito Federal, são 619 funcionários.